

Projeto de Pesquisa
Terra globalizada em disputa de sentidos e significados políticos¹

Roberto José Moreira

Relatório parcial resumido Bolsa CNPq - PQ 2. (2010-2013)

A abordagem da questão do desenvolvimento, mundo rural e interdisciplinaridade, campo de análise do Projeto *Desenvolvimento e Mundo Rural em teses e dissertações do CPDA*, teve como resultados a produção científica:

Artigos e ensaios - *Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: A utopia da sustentabilidade* (MOREIRA, 2010), *Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil* (MOREIRA, 2010), *Mobilizando agendas em torno da pesquisa social em agricultura. O programa CPDA, a APIPSA e o Pronex* (MOREIRA, 2010), *A questão e a configuração do campo agroecológico* (MOREIRA, 2010), *Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos* (MOREIRA 2012 a), *Interdisciplinaridade: entre o conceito e a prática a partir de um estudo de caso* (CESCO, MOREIRA e LIMA, 2012) e, *Por uma abordagem complexa das identidades rurais da atualidade*. (MOREIRA 2012 b);

Organização dos livros - *Dimensões rurais de políticas brasileiras* (MOREIRA, BRUNO 2010), com autoria da *Apresentação - A atualidade do rural na política* (MOREIRA, 2010) e *Interpretações, estudos rurais e política* (MOREIRA, BRUNO 2010), com autoria da *Apresentação - A atualidade da política no rural* (MOREIRA, 2010);

Orientações de pós-graduação concluídas – as dissertações *A questão ambiental no filme uma verdade inconveniente: Um alerta Global* (DAMASCENO, 2011) e *Risco e controle do território dos dutos: A Petrobras, os mediadores e a horticultura familiar* (BALTHAZAR, 2011) e as teses *A trama do drama. A trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde* (ROCHA, 2010) e *Territorialidade de fronteira: Uma contribuição ao estudo da questão fronteira Brasil-Uruguai no contexto do Mercosul* (LUCENA, 2011), esta publicada em livros (LUCENA, 2012). com minha apresentação (MOREIRA, 2012);

Novos Projetos de Pesquisa: *A Pesquisa Interdisciplinar em Dissertações e Teses do Programa CPDA/UFRRJ*, Projeto Capes, Prodoc, 2010, renovado em 2012; e, *Mercosul Social e Solidário: A questão da saúde em comunidades fronteiriças*, submetido à FAPERJ- Programa de Apoio ao Pós-doutorado no Estado do Rio de Janeiro – 2012, em processo de exame; e,

Liderança - *Núcleo de Pesquisas em Ruralidade. CPDA/UFRRJ e [Ruralidades, Cultura e Desenvolvimento Sustentável](#)*. – UFRRJ.

¹ Dicionário Aurélio. Novo dicionário da Língua portuguesa. 1ª edição, 13ª impressão. (resumido) Terra. [Do lat. *terra*.] S.f. 1. Terceiro planeta do sistema solar. 2. Solo sob o qual se anda. 3. A parte branda do solo. 4. A parte sólida da superfície do globo. 5. Poeira, pó; 6. Lugar de origem: pátria, torrão, gleba. 7. Localidade, lugar, povoação. 8. Lugar, local. 9. Habitantes de determinado lugar. 10. Propriedade rústica, em geral de tamanho considerável. 11. Espaço não construído de uma propriedade; terreno. 12. Região, território. 13. Argila própria para escultura. 14. Vida temporal. (seguem de 15 a 17 significados e usos adjetivados).

Desenvolveu-se ainda metodologia de análise de teses e dissertações, e o preenchimento de 20 fichas, em processo de análise, e os debates da produção em análise criou o campo propício para a redação deste Projeto.

Introdução

Esta pesquisa foi pensada como uma obra de maturidade, próxima à aposentadoria compulsória do autor que, no entanto, não abrirá mão de sua paixão ao conhecimento e interlocuções pedagógicas criadora de pensamento crítico sobre o social, a ciência e a si mesmo.

O autor representa uma trajetória de um conhecimento que, partindo de uma formação em agronomia, com seus fundamentos interpretativos das forças do solo, águas, luz, plantas, animais, genéticas e químicas passando por uma formação em física, matemática e estatística, em especialização em ciências sociais agrárias, possibilitou elementos facilitadores de abordagem interdisciplinar, para além do campo das sociais e humanidades. Neste campo de conhecimento realizou pesquisa sobre investimento em propriedades rurais na Região de Ribeirão Preto com a obtenção do título de mestre em 1973. Seguiu-se sua trajetória um doutorado direto em economia em 1975, quando em uma análise de investimento e poupança na agricultura paulista, dialogou com as questões agrárias brasileiras da época. Nesta primeira fase de sua trajetória de conhecimento obteve o título de *Phd* em economia política na Cornell University, EUA, em 1978, encerrando uma época com uma análise da acumulação de capital e a agricultura de subsistência no Brasil no período republicano. Desde então, já no Brasil, acabou transitando em atividades de ensino e pesquisa de pós-graduação interdisciplinar no Centro de Pós-graduação da FGV, que posteriormente transforma-se, com uma nova inserção institucional em 1982, no atual Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ (Programa CPDA).

Este primeiro momento revela algumas dimensões do campo de estudo que aqui estamos agora delineando em torno da palavra Terra. Quarenta e oito anos, desde o início da graduação, sempre voltado para o ensino e pesquisa com enfoques interdisciplinares com elementos de economia, sociologia, história, antropologia e ciência política. Refletindo sobre as questões da ciência, da filosofia e da cultura o momento atual o impulsiona com uma vontade de síntese da obra de uma vida de pesquisa sobre o rural brasileiro.

O ano de 2012, (MOREIRA, 2012a) (MOREIRA, 2012b), (CESCO; MOREIRA; LIMA), encerra o segundo ciclo de conhecimento e produção científica representado nos livros MOREIRA (1999; 2005; 2007). Este segundo momento envolve a elucidação da ideologia de subsistência que condiciona políticas para as formas sociais do campesinato brasileiro, bem como a configuração do espaço econômico, social e cultural das formas sociais da agricultura familiar no capitalismo indicando que este

espaço é restringido, possibilita poucas condições de competição e subordina indiretamente o conjunto desse trabalho familiar às formas de acumulação capitalista dominantes. Nesse momento intelectual é produzida a ressignificação da renda da terra, em renda da natureza, em renda do ecossistema e em renda do território ecossistêmico dentro do espectro analítico neomarxista da economia política da sustentabilidade, bem como uma particular problematização da crítica da cultura, abordando o cultural do rural na modernidade e em nossos tempos. Estudos sobre interdisciplinaridade na pós-graduação (MOREIRA; DIAZ-ROCHA, 2002) sistematizam a problemática interdisciplinar e da complexidade e colocam na arena analítica de Moreira os processos abertos de institucionalização e totalização de comunidades, sociedades e culturas, (MOREIRA; GAVIRIA, 2002) (MOREIRA; LIMA, 2008), também abordados em estudos sobre identidades sociais complexas (MOREIRA, 2006) e desenvolvimento humano (ALENCAR; MOREIRA, 2005).

Os processos que envolvem criações imaginárias e instituem poderes e hierarquias de poderes que, sem as devidas críticas, tornam-se “naturais” na cultura e no inconsciente social e individual, indicam hegemonias culturais profundas. Para Moreira, os processos sociais complexos de realizam o “fechamento” do mundo em busca de sentidos e significados, e, implicam em dominação política e por hegemonia de sujeitos políticos complexos, hegemônicos e contra-hegemônicos, e, postula o olhar para formas subalternas e subordinadas de poder. Em MOREIRA (2012b) o autor propõe que esses campos de poder em disputas diversas que poderão ser acessadas pelas categorias analíticas: *hegemonia*, *contra-hegemonia*, de inspiração gramsciana, e em situação de *subalternia*.

A categoria *subalternia* de MOREIRA incluiu as formas sociais assalariadas marxistas relativas aos conceitos de subsunção real e formal do trabalho ao capital, vistas como forma de subordinação capitalista do trabalho ao capital, bem como as formas de subordinação indireta do trabalho ao capital, relativas ao trabalhador por conta própria, aos pequenos patrimônios produtivos das formas camponesas, bem como não-camponesas – os mini e pequenos “empreendedores” contemporâneos (MOREIRA, 1999; “pequena produção e composição orgânica do capital...” e “agricultura familiar...”). Essa categoria política poderia incluir ainda as formas sócio-políticas que se postulam como “sem” alguma coisa ou direito. Sem terra, sem trabalho, sem habitação etc., podendo incluir, inclusive, os movimentos contemporâneos das grandes metrópoles mundiais, como aqueles que clamam por “ocupação de espaços públicos” como forma de luta contra, por exemplo o capital financeiro e políticas neo-liberais.

Destaca o autor que, regra geral, as formas sociais da *subalternia* são socialmente produzidas como seres sociais inferiores – a la Norbet Elias em estabelecidos e *outsiders* – nas lutas discursivas, simbólicas e classificatórias de

hierarquias e poderes. Sua postulação de *subalternia* busca a elucidação do campo das disputas político-discursivas hegemônicas e contra-hegemônicas, da produção social de hierarquias com a produção social de ser inferior. Seres e entidades sociais produzidos como socialmente inferiores – tal como a categoria social de *excluídos* - que ainda não apresentam suficiente coesão identitária que permita agir em condição contra-hegemônica, mas que seriam importantes em lutas e disputas por redução de diferenciais de poderes.

Nestas postulações e análises reconheceu dimensões globais e locais e especificidades de distintas formações sociais capitalistas, incluindo as latino-americanas, bem como de ecossistemas rurais.

Esta proposição de pesquisa inicia o terceiro momentos de sua vida de pesquisas e requer, em cima do já *feito*, a postulação de uma problematização que possibilite tratar a terra, como planeta envolto por processos humanos: Terra Globalizada, a fazer². Pessoas, comunidades, nações, enfim seres humanos, em disputas e coesões sociais imaginando e legitimando sentidos e significados, em uma sociedade globalizada que por sua vez, pela primeira vez em sua história enfrenta a dinâmica terrestre em questões ambientais globalizadas.

Objetivos

Parafraseando CASTORIADIS (1999) adotarei uma narrativa do *feito* e do a *ser feito*, procurando elucidar os objetivos e as hipóteses que nortearam este projeto de pesquisa, bem como estruturar a redação do Projeto.

O **objetivo geral** é o de produzir um quadro interpretativo que possibilite a interlocução interdisciplinar, o diálogo entre o saber científico e outros saberes, revelando dimensões políticas das dinâmicas sociais e culturais, bem como a codeterminação de processos locais e globais da *Terra globalizada*. Tenho ciência da pretensão “exagerada” posta nesta formulação e estou confiante de que possa dar alguns encaminhamentos relevantes.

Partindo do *rural natureza*, conceituado e analisado na terceira fase de minha trajetória de pesquisa, estaremos ressignificando natureza como Terra, lugar e território da humanidade. (MOREIRA, 2012). O planeta Terra será visto como suporte e produtor da humanidade do *ser-natural-humano* (MOREIRA: 2006, 2007) e de suas diversidades culturais pertinentes a determinados *territórios ecossistêmicos* (MOREIRA, 2007) permitindo nos desdobramos na compreensão de países, culturas ou mesmo civilizações e de seus pertencimentos a territórios ecossistêmicos no Norte, do Sul, do Ocidente e do

2 Alusão ao feito e a ser feito de (CASTORIADIS, 1999)

Oriente. Permite-nos ainda olhar para a constituição da ONU (HARDT E NEGRI, 2001) e dos diferentes grupos de países da cena política da contemporaneidade (G8; G20, BRICS, etc.), bem como para as representações políticas da Sociedade Global.

Os **objetivos específicos** são: a) buscar uma elucidação da ordenação política planetária contemporânea; e, b) para o caso brasileiro – e quem sabe da América Latina - é a elucidação dos processos que não só produziram culturas e identidades inferiores, mas que levaram ao apagamento da *alma* (cultura) indígena e da *alma* (negra) de nossa brasilidade, ou latinidade, politizando de outra forma as questões indígenas e afro-brasileiras contemporâneas.

O já feito: rural na modernidade e de nossos tempos (MOREIRA, 2012a)

Essa análise sistematiza e distingue as noções de *rural* na modernidade e na contemporaneidade, elucida, historicamente, a configuração de poderes assimétricos (hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos), e apresenta uma interpretação interdisciplinar complexa das ruralidades da formação social brasileira. São reveladas dimensões sociais, políticas, econômicas, técnicas, culturais e discursivas de relações urbano-rural, industrial-agrícola, local-global do mundo rural brasileiro. Procura elucidar o mundo rural do tempo presente em uma perspectiva de longo prazo, em especial no período republicano. Anuncia uma expectativa de que o modelo interpretativo apresentado torne possível o diálogo com os estudos de outros países latino-americanos. Tais relações são concebidas como complexas, codeterminadas e abertas a disputas na produção de sentidos, significados e legitimação de poderes e interesses. Nessa abordagem interpretativa o mundo rural e as identidades rurais são considerados como parte constitutiva das lutas pela independência colonial das nações latino-americanas, portanto da modernidade burguesa e das globalizações contemporâneas. Procura evidenciar ainda a configuração de poderes, hierarquias sociais e relações rurais e urbanas destas sociedades.

A análise envolve três movimentos interpretativos, nos quais o campo analítico é plural, os das relações entre cultura, política, o rural e as identidades rurais.

1º movimento. É a constituição cultural da imagem do rural na modernidade, lançando, ao mesmo tempo, elementos para a compreensão das novas ruralidades contemporâneas. MOREIRA defendia a idéia de que está em curso uma mudança cultural dos sentidos atribuídos ao rural na modernidade fazendo emergir, em nossa contemporaneidade, uma nova e complexa visão de rural e de mundo rural.

2º movimento. No tratamento do rural da modernidade, e dos rurais associados às diferentes formações sociais modernas, o autor tinha como objetivos captar, as especificidades das formações capitalistas periféricas latino-americanas, em especial a

brasileira, e, distinguir analiticamente os processos que configuram ruralidades centrais e periféricas visualizando, nos processos sociais, embates hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos.

3º movimento. Compreender o rural e as ruralidades como parte componente dos processos de legitimação e de dominação urbano-industrial intra e internacional da modernidade e da atualidade.

Não desconhecendo os poderes das armas, estados, mercados e da distribuição da riqueza, sempre presentes na configuração de diferenciais de poderes, a ênfase interpretativa estará associada às dimensões nem sempre sutis de relações sociais construtoras de seres inferiores e superiores. Comunidades, grupos sociais, famílias, etnias e classes, tidas e legitimadas como inferiores, tornam-se as bases de relações assimétricas e hierárquicas de poderes.

As relações que configuram seres e setores inferiores constroem ao mesmo tempo seres e setores superiores. O escravo e o senhor do escravo são produtos sociais codeterminados historicamente. O mesmo podemos dizer sobre as classes sociais superiores e inferiores, suas relações de domínio, de exploração, de saberes e de práticas culturais que dão sentido a identidades hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas. Dentre estas, a inferioridade do rural e das identidades rurais camponesas e grupos populares do campo.

A associação do rural com a natureza e com a vida na Terra impõe-nos a compreensão dos contornos (o espaço ecossistêmico), das especificidades (o lugar onde se vive) e das representações (o lugar onde se vê e se vive o mundo). A urbanidade contemporânea globalizada revaloriza a vida no campo, a produção de alimentos saudáveis e as culturas tradicionais, bem como o patrimônio cultural e natural dos territórios. Obviamente falaremos de coisas distintas aos falarmos dos patrimônios europeus e latino-americanos.

As novas ruralidades referem-se, portanto, às relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e as relações próprias de interconhecimento destas relações, bem como de suas codeterminações rural-urbanas. Na realidade, são relações produzidas pelo conhecimento e pela comunicação direta face a face, bem como por aqueles conhecimentos mediados pelos meios de comunicação, mercados e pelo campo da política.

O novo rural e as novas identidades rurais emergem de tensões e lutas no campo hegemônico que se expressa nas redes de cidades “mundializadas”. Lutas e disputas nas quais as recorrentes crises do petróleo e financeiras globais têm papel relevante. Estão associadas à questão ambiental planetária. Neste contexto, deslocar o foco analítico para o fenômeno da vivência, do ser vivo, da vida humana e para os fenômenos das globalizações contemporâneas, parece-me fundamental.

Na problematização dos globalismos e localismos e seus poderes foi enfatizada a importância de se falar de um terceiro grupo para acolher e visibilizar os movimentos e formas *subalternas ou subordinadas* que, produzidas socialmente como inferiores, não apresentam possibilidades e condições de exercerem os papéis de hegemônicas e contra-hegemônicas. Não aparecem na cena política globalizada, no entanto, são componentes da realidade social e das hierarquias de poderes locais. Nesta situação podem estar a maioria significativa da população, nacional ou mundial. Em resumo: a subalternidade de movimentos e formas sociais não as exclui das disputas e lutas locais, regionais ou nacionais, seja em alianças, cooperação, disputa ou resistências às formas *globalismo localizado*.

Nessa problematização apontou-se possíveis elucidações complexas em outros níveis da realidade rural: nos artefatos, interesses e valores associados aos embates agrícolas da Organização Mundial do Comércio, do Fórum Econômico e do Fórum Social mundiais; na segurança alimentar; na questão das tecnologias transgênicas, dos mercados futuros de *commodities*, bem como nos ministérios brasileiros da agricultura (MAPA) e do desenvolvimento agrário (MDA); na cultura patrimonialista, machista e familista brasileira e latino-americana; no autoritarismo e na fragilidade de nossa democracia; na bancada ruralista no Congresso Nacional brasileiro, bem como nos movimentos sociais rurais – do sindicalismo, dos sem terra, das mulheres e juventude no campo, dos quilombolas, das comunidades indígenas e dos ambientalistas –, dentre outros.

Reenfatizou que as mais diferentes noções de rural e de ruralidades nos remetem à proximidade com a natureza, o solo, a terra, as estações e os climas, suas vegetações e animais, produzindo objetividades, subjetividades, espiritualidades e sensibilidades rurais. Valores e modos de vidas rurais que se constroem em codeterminações complexas, em sinergias, embates e disputas hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas. São essas dimensões das realidades contemporâneas que levam o pesquisador a falar em *novas* comunidades rurais e *novas* identidades rurais: *novas* ruralidades. Demonstra que a perspectiva analítica utilizada permite-nos visualizar a complexidades das lutas pela democratização da sociedade brasileira. Pensar o rural como uma questão nacional e global, urbana e rural e como codeterminador da democratização brasileira alertando-nos, também, para o risco de apenas visualizar um processo homogêneo ou linear da globalização, sugerindo o desaparecimento do local, do nacional e do rural, e principalmente a exclusão daquilo visto e produzido como inferior e subalterno.

O pesquisador distingue ainda as sociedades oriundas de revoluções burguesas *democráticas* daquelas sociedades que vivenciaram processos autoritários das revoluções *pelo alto*. No que se refere à questão agrária, as primeiras, regra geral,

foram acompanhadas de processo de destruição de forças antigas com reformas agrária, constituindo forças e domínios territoriais rurais mais democráticos, como seriam, por exemplo, os casos da Inglaterra, França e dos EUA. As segundas instituíram novos poderes sem rupturas radicais com a ordem anterior e se realizaram sem processos de democratização do domínio rural, como seriam os casos da Alemanha e do Brasil e, provavelmente, de toda América Latina, exceto o Haiti. As forças políticas hegemônicas nacionais que emergiram destes processos projetaram processos diferenciados de urbanização e industrialização e, portanto, construíram distintas visões das relações rurais e urbanas. Projetaram papéis e funções para seus mundos rurais e instituíram, nestes contextos políticos, suas instituições rurais. Apresentando a seguir sua análise do caso brasileiro.

Se apropriando de análises de John Wilkinson, o autor sistematiza as inserções e desafios dos agricultores familiares em novos e velhos mercados de *commodities*, *especialidades*, *orgânicos*, *artesanais*, *solidários* e *institucionais*. Wilkinson aponta que, a partir dos 1990, a agricultura familiar enfrenta uma “*reconversão estrutural*” em “*condições altamente desfavoráveis*”. O reforço da agricultura familiar exige a criação de condições de “*aprendizagem coletiva*” que possibilitem a transição. Haveria ainda a “*necessidade de promover condições para a adoção de inovações sociais e institucionais em larga escala*”.

Os desafios sistematizados por John Wilkinson são exemplos dos desafios postos às novas ruralidades *subalternas* do campesinato pós-moderno. Estas condições desfavoráveis referem-se aos processos que codeterminam o espaço social no qual prevalecem valorizações econômicas e culturais de técnicas associadas à agricultura familiar e que agora requerem ações, investimentos e regulações que possibilitem aprendizagem coletiva própria, em situações precárias de alfabetização, bem com a adoção de inovações sociais e institucionais em larga escala, um espaço social, econômico e cultural de acumulação capitalista restringido, já apontado e MOREIRA (1999), agora assumindo novas formas.

Em sequência o autor conclui essa análise indicando que o rural da modernidade, considerado como oposto às relações sociais oriundas das instituições burguesas do mercado e do Estado, simbolicamente associadas à cidade, ficou identificado com a tradição, incivilidade e irracionalidade. Associado às relações face a face, às culturas estáveis, homogêneas e primitivas, ficou identificado como conservador. Associado ao Antigo Regime – feudal em alguns casos e escravistas em outros – ficou identificado como autoritário, não-democrático. Em outros processos produtores de sentidos, o território rural é associado ao tempo sazonal e ao espaço ecossistêmico da natureza, de crenças e religiões tidas como inferiores e a modos de vida atrasados. Em tal contexto, as sensibilidades urbanas e rurais – os sentidos do corpo e da mente – são

culturalizados, na cidade, por valores universalizantes e homogeneizantes, e, no rural, por valores localistas e diferenciados, habilitando-nos a falar de culturas rurais - social, econômica, política e discursivamente produzidas como inferiores. Na contemporaneidade da pós-modernidade e das globalizações, a meu ver, o rural hegemônico tende a ser imaginado e visto como paisagens culturais e naturais, lugar de paz e descanso e não como o domínio de determinadas expressões sociais, econômicas, culturais, estéticas e éticas sem conflitos e assimetrias de poderes.

Criticar essa imagem romântica globalizada, com estudos das realidades de nossas formações sociais capitalistas revelariam as precárias condições de vida e carência de cidadania dos povos latino-americanos e, em outra chave, de países da periferia mundializada.

A aplicação deste modelo interpretativo para revelar hierarquias de poderes e produção político-social de inferioridades no interior e no exterior de comunidades, nações e da humanidade globalizada poderia revelar, comparativamente, complexas e diferentes ruralidades hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas, nacionalizadas e globalizadas.

O já feito: Entre o conceito e a prática da interdisciplinaridade (CESCO; MOREIRA; LIMA, 2012)

Os autores a ressaltam que Interdisciplinaridade é, hoje, tema relevante na constituição de cursos e na construção de conhecimento nas instituições de ensino superior, especialmente na pós-graduação, não só no Brasil. Nesse sentido, consideram que a análise da construção do campo das Ciências Sociais no Brasil é significativa para o entendimento das escolhas e posturas teórico-metodológicas de muitos programas de pós-graduação, cujas práticas interdisciplinares são a ‘espinha dorsal’ do entendimento do que sejam e como acontecem suas pesquisas e formulações. Analisam a trajetória do Programa CPDA/UFRRJ, considerando os diferentes momentos políticos e sociais de sua institucionalização interdisciplinar. O enfoque, a partir de uma abordagem da sociologia do conhecimento científico busca a elucidação da epistemologia da interdisciplinaridade - e se haveria uma “epistemologia” no sentido clássico das Ciências - praticada na pós-graduação. Procuram identificar condições teórico-metodológicas que instituíram a construção dos objetos de estudo desenvolvidos por professores e alunos com o objetivo de compreender o campo de possibilidades das práticas de pesquisa. Combinando consulta a documentos institucionais, fontes secundárias, observações e entrevistas, o artigo examina a interdisciplinaridade na pós-graduação, sua construção e institucionalização e seus resultados desejados e/ou imprevistos.

CESCO, MOREIRA e LIMA (2012) apontam que a área interdisciplinar de pós-graduação é a área do conhecimento que mais cresce no Brasil, talvez fruto da necessidade de estabelecer novos diálogos com a sociedade e ajudar a responder aos problemas complexos e híbridos que enfrentamos. É uma área tão diversa e ampla, mesmo dentro dos critérios de avaliação usados pela CAPES e outras agências de financiamento e avaliação da pós-graduação brasileira, que poderia se pensar que interdisciplinar é o que não se “ajusta” às áreas estabelecidas ou que formou um corpo docente amplo e que têm pontos de interesse igualmente amplos, além de ir das humanidades às ciências naturais e/ou exatas.

Reconhecem que com certeza existem há em questões sociais e tecnocientíficas, a exemplo das atuais questões que envolvem meio ambiente e desenvolvimento, dimensões políticas, técnicas, culturais e interrelacionais que só serão percebidas e respondidas quando ultrapassarmos as barreiras disciplinares. Para as dimensões de reconhecimento científico, o desafio da interdisciplinaridade passa, inicialmente, pela questão institucional e estende-se até a forma e os métodos de avaliação dos trabalhos interdisciplinares. Relativizam a tese de que intitucionalização do campo interdisciplinar eliminaria os territórios de poder e de identificação. Ao fazer colaborar disciplinas que trabalham questões concretas, práticas e materiais da realidade com outras que trabalham com dimensões não tão palpáveis, imateriais, conceituais não significa, no ver dos(as) autores(as), que não ocorrem, nestes casos, a criação e consolidação de novos “territórios de poder e de identificação” multi ou interdisciplinares, distintos dos disciplinares. Ressaltam que em ambos os casos a crença, ou utopia, de uma ciência *neutra* já não se aplica. O campo da ciência é também campo de expressão de poderes sociais e culturais, em especial técnico-econômicos. A própria aceitação do interdisciplinar como do multidisciplinar como ciência é objeto de discussão e disputas e a própria idéia do que é interdisciplinar ou multidisciplinar precisa ser analisada para se chegar a elucidação das “feições” da interdisciplinaridade praticada em Programas de Pós-Graduação, especialmente os de Ciências Sociais. Nesse sentido, os critérios e diretrizes seguidos para analisar os cursos multi/interdisciplinares pela CAPES são importantes e passam pela definição de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, entendidas e avaliadas de formas diversas, ressaltam Cesco, Moreira e Lima. Cumpre visualizá-los como expressão das forças hegemônicas das ciências brasileiras, expressas em “territórios de poder e identificação” na CAPES, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e, quiçá, no Ministério de Ciência e Tecnologia. No âmbito da CAPES, cujo sistema de avaliação da pós-graduação foi implantado em 1976, os Programas de Pós-Graduação são enquadrados, para efeito de avaliação, em áreas de concentração. Essas áreas de pertencimento e legitimação são “escolhidas” pelos

próprios programas, seguindo critérios temáticos e de formação de seu corpo docente, podendo haver solicitação de mudança de área, quando as feições do programa mudarem significativamente, caso de muitos programas que migraram nos últimos anos para a área interdisciplinar, criada em 1999 como área multidisciplinar e que desde 2008 está dividida em Grande Área Multidisciplinar, com uma Área Interdisciplinar e suas quatro câmaras temáticas: Meio-Ambiente e Agrárias; Engenharia/Tecnologia/Gestão; Saúde e Biológicas; e Sociais e Humanidades.

Os autores apresentam uma pequena história da interdisciplinaridade em Ciências Sociais no Brasil, indicando, com Gláucia Villas Bôas um “período formador”, de 1945-1964. Destacar o que/quais são as “Ciências Sociais”, ponto, aliás, extremamente controverso e por vezes dúbio, distinguindo o que se entende como Ciências Sociais no Brasil, distinto do entendimento configurado, por exemplo, na Alemanha, na França e na Inglaterra. Na Enciclopédia Britânica, a definição de Ciências Sociais tem Geografia e Psicologia Social e não História. Acompanham Elisa Reis que sugere o entendimento do *interdisciplinar* como *objetivo que designa algo comum a duas ou mais disciplinas ou ramos do conhecimento* e *trans* como *movimento para além de, através de, posição para além de*. Elisa Reis entende que as Ciências Sociais estão inscritas em um universo de conhecimento que as transcende, inscrevendo-as em um movimento “*para além*” dos muros austeros da ciência, fariam parte de “um todo amalgamado que é o Universo da história e da cultura. A análise prossegue acompanhando a prática da interdisciplinaridade e seus desafios, dentre estes, o de ser ferramenta analítica e questão problemática ao mesmo tempo. A idéia de *totalidade harmônica* associada ao interdisciplinar, *por exemplo*, é de difícil aceitação.

A migração simples de conceitos e métodos de uma área científica e de seus objetos específicos não pode ser aceita. Não basta a analogia. É necessária, segundo os autores, uma contextualização e até um redesenho ou resignificação. A interdisciplinaridade não é a simples soma ou mistura de conceitos e representações. As práticas em cada Programa de pós-graduação passam pelas objetividades e subjetividades intrínsecas aos mesmos e com suas autonomias relativas, pensando-as assim em suas incompletudes e alteridades. Além desses aspectos CESCO, MOREIRA E LIMA insistem que permanece como questão importante, desse e de outros estudos, a localização e o entendimento sobre como a interdisciplinaridade facilitaria ou possibilitaria análises, ao mesmo tempo sincrônicas de um tempo histórico e diacrônicas de múltiplos processos sociais expressos nas pesquisas de pós-graduação.

As diferenças de cada Programa denotam a complexidade e os desafios da interdisciplinaridade e deixam mais claro que a dinâmica dos processos vividos constrói identidades e que estas identidades são abertas e se revelam em seu próprio processo de construção, como já ressaltou Moreira em estudos anteriores sobre o Programa

CPDA. MOREIRA e DIAZ-ROCHA criaram uma abordagem analítica de *institucionalizações abertas* para acessar a complexidade dos dinamismos de diversas ordens que acompanham cada pós-graduação na sua criação, institucionalização, financiamento e, fundamentalmente, em suas legitimações em comunidades científicas institucionalizadas sob a hegemonia dos enfoques disciplinares da ciência. Estes dinamismos do campo científico envolvem questões das heranças constituídas e institucionalizadas na formação dos cientistas e de suas subjetividades, das disputas paradigmáticas – teoria e prática –, das políticas de ciência e tecnologia, das legitimações do conhecimento e da verdade científica, mesmo que relativa, que transparece nos conselhos, associações e academias ou nos corpos editoriais de revistas científicas.

Eu particularmente penso que o marco analítico de *institucionalizações abertas* poderia possibilitar análise complexa de instituições sociais as mais diversas, como uma espécie de teoria geral de institucionalizações de poderes e hierarquias.

MOREIRA E DIAZ-ROCHA postulam que a interdisciplinaridade consiste no processo de construção de conhecimentos teóricos e de práticas científicas que envolvem a compreensão de realidades complexas que, anteriormente fragmentadas, permitiram análises e sínteses disciplinares. A reconstrução interdisciplinar daquela complexidade envolve assim campos disciplinares em trabalho conjunto, interligados por um objetivo unificado (MOREIRA e DIAZ-ROCHA, 2002, p. 11).

CESCO, MOREIRA e LIMA destacam que, desse ponto de vista, uma possível ciência interdisciplinar parece se constituir mais na linha de uma nova ciência (CAPRA, 1982) do que numa revolução científica no interior de uma dada ciência (KUHN, 1989). Partindo da premissa da vivência de uma diversificada rede de relações, de cooperações e disputas, a perspectiva de MOREIRA e DIAZ-ROCHA permite uma compreensão mais ampla da natureza do entrelaçamento das disciplinas que deram origem a Programas interdisciplinares, da formulação de disciplinas (teoria e métodos), linhas de pesquisa e ‘personalidades’ dos atores, além da escolha e identificação dos espaços científicos de institucionalização e legitimação da prática interdisciplinar. A diferença de enfoques, percebida quando delimitamos e pontuamos a análise, traz à luz cada uma destas redes de cooperação e disputa e permite, dessa forma, identificar questões específicas, como seria, no caso Programa CPDA analisado, a construção da interdisciplinaridade nos campos das Ciências Sociais e Ciências Agrárias, como destacam os autores.

É importante ter em conta que apesar de institucionalizados e com existências anteriores aos cursos analisados, estas redes sociais pré-existentes (e seus vazios) são dinâmicas, expressam autonomias relativas e estão carregadas de capitais simbólicos, próprios da produção intelectual e científica, tais como títulos, conceitos e reconhecimento científico e suas representações nos comitês científicos da CAPES e do CNPq e nas associações e revistas científicas. Estaremos refletindo sobre estes casos com base na perspectiva de que as identidades sociais – dos cursos, dos docentes-orientadores, dos mestres e doutores por eles titulados e da própria interdisciplinaridade – são relacionais. São identidades

abertas às tensões dinâmicas de seus espaços sociais de inserção (disciplinares e interdisciplinares). (MOREIRA; DIAZ-ROCHA, 2002, p. 11).

CESCO, MOREIRA e LIMA avançam a análise de caso, analisando as especificidades do Programa CPDA, como um programa de interlocução das disciplinas de economia, sociologia, história, ciências políticas e antropologia aplicado à elucidação de poderes e processos associados ao mundo rural, desenvolvimento e sociedade, que, por circunstância de sua historicidade é avaliado, desde o início da década de 1980, no campo disciplinar da Sociologia da CAPES. Hoje seria mais adequada a sua inserção no campo da interdisciplinaridade na sub-área Sociais e Humanidades, o que possibilitaria uma avaliação mais adequada de sua prática científica. Destacam, citando Renato Maluf que nas relações entre desenvolvimento e modernidade evidencia-se nas expectativas, desejos e utopias de *rupturas e profundas transformações que ambas as noções carregam* a de desenvolvimento como uma das materializações da modernidade. Ambas impregnadas pela idéia de progresso conferindo um sentido positivo a ambas, abrindo assim ao entendimento das teorias de desenvolvimento como sendo parte da disputas dos sentidos atribuídos ao desenvolvimento. Com base em Maluf, podemos dizer que os processos de modernização de comunidades, regiões, nações e grupos de nações regra geral, estão associados à transformação social associada à hegemonia econômica e a intentos de uniformização cultural, como entendemos ser o caso da globalização neoliberal contemporânea, que dão origem *a contestações em nome da defesa seja da soberania, seja do diverso ou do outro*.

No caso específico do CPDA, anunciam os autores alguns dos trabalhos de teses e dissertações foram extremamente bem sucedidos e conseguiram apresentar aos seus leitores sua interpretação e abordagem, sem deixar de registrar outras correntes interpretativas existentes. Em outros, porém, quer seja por opção metodológica ou abordagem, “desenvolvimento” aparece como sinônimo de “crescimento econômico”, outras vezes de “progresso” ou ainda “ampliação” e “evolução”. Também “mundo rural” aparece apenas como “roça” ou “área agrícola” em outros. O problema, nesses casos, pensam os autores(as) muitas vezes não está na falta de reflexão do autor da tese ou dissertação, ou mesmo em um erro analítico. A questão é que as idéias ou os conceitos de “desenvolvimento” e “mundo rural” tornaram-se ‘lugar-comum’ - ficando o sentido das palavras dividido entre categorias sociais e categorias analíticas - tidos como uma obviedade que todos compreendem, por isso não é preciso explicar ou analisar o tema, naquilo que John McNeill já denominou de “um comando do óbvio”.

O óbvio em um campo de estudo costuma ser um conhecimento tácito. Para MOREIRA E GAVIRIA,

Os valores culturais hegemônicos são de fato aqueles que tendem a nos controlar por dentro, como nossos próprios valores. Esses processos tendem a ser mais poderosos na medida em que cremos que eles foram criados e construídos por nós mesmos, uma espécie

de valor particular de nossa própria natureza individual, ou mais ainda valores próprios da natureza humana. Tanto em sua forma individual (natureza do indivíduo), quanto coletiva (natureza da espécie), esses processos podem ser identificados como processos de fetichização, reificação e naturalização dos valores hegemônicos nos quais as identidades individuais se reconhecem, se vêem e se identificam com valores, tomando-os como próprios. (MOREIRA e GAVIRIA, 2002, p. 49).

Além das dificuldades da obviedade das noções de “desenvolvimento” e “mundo rural”, a variável ambiental surge com força nos últimos 25 anos . O meio ambiente, a natureza ou a sustentabilidade passam a ser percebidos e problematizados em trabalhos que anos antes se referiam, sem problematizá-las, relacionando-as criticamente, por exemplo, á luta por terra, á agricultura familiar, ao agronegócio ou às políticas públicas, bem como ao próprio conceito de ser natural humano. Cesco, Moreira e Lima anunciam um esforço de elucidação necessário para atingir a necessidade de compreensão da complexidade de que hoje, mais do que ontem, se nos impõe como desafios. E, nos remetem à afirmação de Costa, Flexor e Santos de que os desafios *dos tempos* (presente) impõem-nos *reconhecer que os problemas e suas soluções nunca aparecem isoladamente*. Um *determinado e exclusivo ponto de vista* não dá conta da *complexa relação entre ciência, técnica e sociedade*, da qual esse próprio ponto de vista faz parte. A visão reducionista, como que perde *a visão de conjunto e o sentido crítico* necessário ao *exercício pleno de uma profissão, por mais técnica que pareça*. Os autores(as) aprofundam a seguir ás análises já realizadas sobre o Programa e sintetizam questões importantes para a própria auto-avaliação do Programa. Quem sabe começar refletindo, penso eu, porque alguns mestrandos e doutorandos apresentam o espírito crítico necessário à crítica da ciência da técnica e das profissões e outros não?

Concluem, os autores que na contemporaneidade, a sociedade organizada exige, cada vez mais, que o crescimento econômico não ignore as normas democráticas, especialmente as que direcionam a relação entre o ser humano e a sua morada, a natureza. A palavra-chave para dizer essa dimensão é *sustentabilidade*; que infelizmente quando apropriada pela matriz econômica capitalista hegemônica, no lugar de dar-lhe a ética original da crítica ecológica e ambientalista: o valor resultante é o *desenvolvimento sustentável do próprio capitalismo*, tenho apontado desde o final dos anos 1980. A crítica da realidade pragmática do conceito-noção sustentabilidade revelam a dimensão ideológica desse discurso desenvolvimentista atualmente globalizado.

O já feito: uma abordagem complexa das identidades rurais de nossos tempos
(Moreira, 2012 b)³

³ O uso, a seguir, das cursivas e negritos nas grafias visa pontuar os conceitos e categorias relevantes do quadro teórico-interpretativo prolematizador das análises propostas.

No artigo o autor começa anunciando que fará um esforço em dialogar com a proposta dos organizadores conclamando ao debate sobre “metamorfoses do mundo rural”, que não será enfatizada neste momento. No que se refere ao Mundo Rural, como noção ou categoria analítica, o autor elucida o papel do Programa CPDA e o seu próprio, indicando que postulou para as análises da institucionalização da interdisciplinaridade na pós-graduação brasileira uma matriz interpretativa de *institucionalizações abertas*, gênese desta que agora apresento, falando sobre *antagonismo e antinomia e o ser natural humano e o rural complexo - interações comunicativas*.

Antagonismo e antinomia e o ser natural humano

As realidades do *mundo rural* tais como elas são, para o autor, campos de produções culturais, visualizados por algumas categorias que aparecem em discursos científicos sobre o rural. É uma convicção sedimentada em 34 anos interlocução interdisciplinar no ensino, na pesquisa e na orientação de dissertações e teses no Programa CPDA.

Esta abordagem é uma estratégia para estudos interdisciplinares sobre o mundo rural e a importância da análise discursiva (ideológica) na produção de significado e de sentidos políticos do rural, bem como na expressão de sentimentos e vivências dos elos humanos. Sob o risco de estar repetindo o já sabido, o autor retoma algumas postulações e interpretações anteriores como lógica argumentativa.

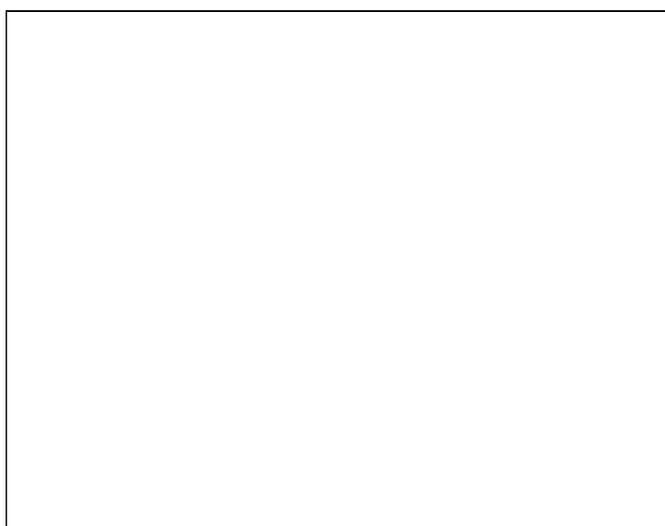
O conceito de *ser natural humano* (SH) busca ao mesmo tempo reconhecer o ser humano em suas codeterminações biológicas, culturais e políticas, enfim sócio-históricas. Sob o conceito de *natureza* (N) MOREIRA (2012 b) procura expressar a noção geral dos fenômenos da vida no planeta Terra. Reinterpretar a teoria da renda da terra como renda da natureza e renda de territórios ecossistêmicos permitiu, ao autor, elucidar algumas das especificidades do rural e do urbano contemporâneo.

No argumento é tomado como pressuposto que a realidade é complexa e indeterminada e que as visões de mundo postulam totalizações produtoras de sentido e significado que podem se tornar crenças fundadoras do real, conforme demonstrados nos tópicos dos *já feitos* anteriormente apresentados.

A complexidade e as múltiplas dimensões de N nos possibilitam reconhecer as questões da **origem e desenvolvimento** do cosmo, galáxias, sistema solar, ecossistema terrestre, biodiversidade, dentre elas as formas biológicas do ser humano, com destaque as sentidos e necessidades do corpo e da reprodução humana (SH) e de suas comunidades. O autor reconhece ainda, com as novas ciências, que a **noção de autopoiese**, como a capacidade de autoprodução, implica conceitualmente autonomia relativa e autonomia codeterminada por sua relações com o exterior. Fala-se hoje em

autopoieses de fenômenos físicos, biológicos e socioculturais e da realidade sócio-política como instituições imaginárias e simbólicas da sociedade, bem como de capitais simbólicos e culturais no entendimento de campos de poder e das hierarquias e diferenciais de poderes no campo e entre campos.

O esquema 1, abaixo apresentado, facilitará o acompanhamento do raciocínio e dos conceitos. Sumarizando: a construção social da realidade do mundo humano e de suas culturas tem elementos que se originam: das relações dos sentidos corpóreos dos humanos com seus semelhantes que refletem também suas relações com os fenômenos e eventos da Natureza (**Relações 1**) e de uma construção imaginária do mundo, capacitada pelos processos mentais e interacionais, que constituem seus



sistemas simbólicos de representação do mundo em tempos sócio-históricos do presente contendo, portanto, passado e futuro (Relações 2). As **Relações 2**, os sistemas simbólicos, dão sentidos às relações 1, que são as experiências do sentidos⁴; as experiências da vida humana no mundo cósmico da Terra.

No entanto, os sistemas simbólicos não existem sem as relações experimentadas e vivenciadas pelos sentidos corpóreos no mundo natural terreno. O que nos aparece **na cultura**, no entanto, são as **Relações 2**, já constituídas dos significados culturais representados nas relações 1. É nesse sentido que podemos dizer que os sistemas simbólicos representam ou são representações do Mundo, e que a Natureza que conhecemos é aquela representada pelos sistemas simbólicos, sejam eles da filosofia, da religião ou da ciência.

⁴ Para uma compreensão precisa: estamos no campo da fenomenologia da percepção, dos sentidos do corpo, os dos sentimentos do corpo. Para passar da primeira (percepção) para a última (sentimentos) é necessário resignificar ao mesmo tempo percepção e sentimento como os entendemos atualmente.

A categoria *rural* permanece como nomeadora e recortadora do “rural”. Postulo que na contemporaneidade o rural está sendo imaginado como natureza, podemos isso simbolizar múltiplos sentidos, distintos daqueles do rural da modernidade.

Refletindo sobre as linguagens dos símbolos e de suas intersubjetividades comunicativas podemos postular que **a razão humana é política**, podendo assim falar de questões políticas de todas e em todas as dimensões da vida cultural. Podemos reconhecer a política nas políticas de diferentes ordens conídicas, bem como, falar de processos políticos de fundação do mundo, não importando se os fundamentos do mundo – e das crenças sobre este mundo – originem-se do campo da filosofia, da religião ou da ciência. Todos os fundamentos, que aqui falamos são do campo do imaginário, campos da ideologia ou do discurso, cuja legitimação de um fundamento, dentre outros, é da ordem do político.

Essa dimensão política de fundo – de primeira ordem – é a instituição imaginária de primeira ordem, postulada por CASTORIADIS (1982) (voltaremos ao assunto). Pode ser instituída e se expressar pelo poder das armas, como nas guerras revolucionárias, nas conquistas e colonização de territórios, bem como pelo jogo da democracia política, ou ainda na imaginação religiosa (no sentido de re-ligar). Sob o reino de um fundamento fala-se um mundo ordenado. Se a complexidade sem a representação cultural é o *caos*, as sociedades humanas são e sempre foram complexidade organizada; a expressão de um caos organizado, não importando que esse mundo seja representado ou postulado discursivamente como sendo da ordem e do progresso, do desenvolvimentismo, das civilizações e das culturas.

Com esse entendimento podemos falar de desconstrução e de corrupção dessas ordens e de lutas e disputas de desconstrução-construção, bem como de *sujeitos efetivos* e *atores*, também ativos, mesmo que estes se vejam a si próprios como passivos ou neutros. Podemos ainda pensar nas possibilidades de criação de novos mundos, pois a realidade é o vir a ser, o que é, é passado. Podemos compreender que estamos ou vivemos um novo mundo, quando os fundamentos que reinavam legitimados já não mais o são, ou pelo menos estão em processo de crítica. Expressam crises daquela complexidade organizada. Algo semelhante a isso nos leva a sentir ou a postular um novo rural.

Esse mundo de linguagens diversas e sistemas simbólicos diversos nos permitem reconhecer distinções entre civilizações e mundos culturais, bem como diferentes ordens culturais no interior de uma mesma civilização ou cultura, tais como linguagens religiosas, científicas, econômicas, matemáticas, artísticas etc. Isto nos remete ao seguinte desdobramento lógico: o reino humano, essencialmente imaginário, tem sua realidade dinâmica expressa em linguagens e discursos. Na

construção desta realidade as lutas e disputas discursivas são aquilo que institui os sentidos e os significados da realidade, fundamentalmente uma realidade política. Reconhecer isto é reconhecer que a razão humana é política, ou ainda, o que ordena a complexidade do mundo é a **politicidade da razão humana**. De um lado, cumpre destacar a **análise de discurso** torna-se a prática essencial do pesquisador e da pesquisa, bem como ao **ser humano reflexivo**, de outro, é necessário ter sempre em mente que: o que pensamos ser a realidade natural de nosso mundo, teve uma origem política, e que, a mudança deste mundo é da ordem do político, no sentido amplo que o estamos utilizando aqui.

Passamos agora a falar das dimensões de um mundo já instituído. As relações 1, que já estariam legitimadas tornam-se são os pressupostos das relações 2. As classificações oriundas das relações 1 são da **ordem conjuntista-identitária** (conídica, para Castoriadis). Podemos dizer que a politicidade da razão humana, assim, opera por lógicas de conjuntos que identificam o *mesmo* e o *diferente*. Ao nível discursivo e da linguagem, a imaginação *conídica* é a lógica da nomeação, da *nomia*, assim como, por exemplo, em *eco-nomia*.

Nomear, por exemplo, algo como rural requer que reconheçamos algo como “não-rural”, seja este explícito ou implícito. Quando explicitada, a **antinomia rural – não - rural** pressupõe algo mais abrangente que contem ambas, um terceiro excluído. Refiro-me à lógica dos conjuntos, onde A é diferente de B, sendo ambos pertencentes à um mundo M, por exemplo. O rural e o não-rural estão ou são da sociedade. Esta este é o M. O terceiro excluído nas falas sobre o rural e o urbano que não explicitam a a totalidade M que os une.

Lembro que M também é sempre algo mais do que a soma de A e B. O pensamento que ignora este algo mais amplo opera na **lógica do terceiro excluído** e ignora aquilo que unifica, que é comum a ambos. Ou seja, exclui da análise o processo de dotação de sentido e de significado. Exclui aquilo que é comum, tal como aparece em determinadas análises estudos culturais e multiculturais. Análises que denomino como tendo uma lógica paradoxal do *relativismo absoluto*, por ignoram os processos de totalização; de comunidades nacionais e de uma comunidade planetária organizadas em nações, bem como as lutas e disputas planetárias. Ignorar o M, significa tornar o M, instituído nas relações 2, como natural.

Na ordem da nominação, falar sobre o terceiro excluído da antinomia seria falar da *totalidade*, de uma identidade comum, uma comunidade humana, operando assim sob uma **lógica do terceiro incluído**. Falar do *todo*, pressupõe por sua vez, o *nada*, o sem-sentido. **O Outro radical, sem fundo**.

Pressupor que qualquer pensamento humano, seria capaz de conhecer plenamente a totalidade seria o mesmo que dizer que podemos, em especial, com o

pensamento científico e suas técnicas computacionais, falar da realidade como ela é, ou de atingirmos a iluminação de uma verdade absoluta. Podemos ir ao infinito, bastando aceitar que a nomeação de uma totalidade *humana* existiria outra totalidade *não-humana*, o que nos colocaria o mesmo problema classificatório do *rural – não-rural*. Falo de múltiplas dimensões rural-urbanas, local-globais.

Traduzindo o conteúdo a partir do **sistema linguístico**.⁵

O sistema linguístico, e os sistemas simbólicos, seriam, pelos argumentos acima expostos, construídos ao mesmo tempo em que a sociedade e seus indivíduos são socialmente construídos. No entanto, pode-se observar dinâmicas de resignificação das palavras da língua, a exemplo das gírias, e, inclusive, criação de novas palavras, a exemplo dos conceitos relacionados a descobertas científicas, sem que ocorra alguma mudança nos fundamentos do mundo, da complexidade organizada, a exemplo da passagem brasileira, da situação de Colônia, para a de Monarquia do Império Brasileiro. Não houve modificações na língua, na religião e nem no fundamento da concepção de Estado, que era a do Antigo Regime, que vigia no tempo colonial.

Voltando ao sistema linguístico, podemos pensar que em *tempos históricos* distintos e em *lugares* distintos diferentes *sistemas de sons e de signos* podem ter gerado *sociedades e civilizações* distintas, ou seja, *culturas distintas e visões de mundo* com distintos sistemas simbólicos e mesmo com diferentes sistemas linguísticos. Voltando à narrativa *materialista*⁶ podemos dizer que o ser humano ao produzir as condições de sua existência produz a si mesmo e o mundo em que vive.

Como, no entanto, uma mesma “espécie humana” pode produzir mundos diferentes (diferentes culturas e sistemas simbólicos) em um mesmo planeta que gira em torno do Sol e tem a Lua como satélite? Ou seja, os humanos percebem pelos seus sentidos corpóreos e sua capacidade mental as coisas do planeta Terra.

São as relações com essas coisas e fenômenos naturais que orientam a **invenção imaginária do mundo social**. Não é uma pura invenção, de um lado, e nem uma pura determinação da natureza, de outro. A **relação ser humano e natureza é assim aberta à invenção, à criação humana**.

Ou seja, os humanos percebem pelos seus sentidos corpóreos e sua capacidade mental as coisas do planeta Terra.

⁵ Fonte: Power point (ppt) - *Identidades complexas- algumas noções* preparado pelo autor para suas aulas no Programa de Pós-graduação Práticas de Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ (PPG-PDS), 1º semestre de 2011, cuja fonte original é (MOREIRA;LIMA, 2008).

⁶ Referência à lógica expositiva do (ppt) - *Identidades complexas- algumas noções*, já citado

São as relações com essas coisas e fenômenos naturais que orientam a **invenção imaginária do mundo social**. Não é uma pura invenção, de um lado, e nem uma pura determinação da natureza, de outro. A **relação ser humano e natureza é assim aberta à invenção, à criação humana**.

Na medida em que **a crença é fé em um determinado sentido da vida e da morte**, essa crença e essa fé “fecham o Mundo”. Tudo ganha sentido para as pessoas daquele mundo e daquela crença e passam a ser vistas como as **leis da vida ou como as leis sagradas da vida**. A própria natureza torna-se sagrada. É nesse sentido que podemos dizer que a **instituição imaginária da sociedade funda um sentido ao mundo ao atribuir um significado** ao Mistério, ao Desconhecido.

Essa seria **a realidade das culturas humanas**. (MOREIRA; LIMA, 2008)

As novas ciências da interdisciplinaridade reconhecem a incerteza e a indeterminação. CASANOVA (2006) se movimenta da “interdisciplina e complexidade” para reconhecer que “as novas ciências e as humanidades” se movimentam “da academia à política”.

Num mundo assim reconhecido, os fenômenos da **totalização discursiva** – a busca do discurso verdadeiro ou real inclui a instituição imaginária da realidade e sua ordem conídica. (CASTORIADIS (1982). A instituição imaginária de primeira ordem, originária seria, então, em minha interpretação, aquela que, dentre outras, torna-se hegemônica e preside a formação e identidades culturais da ordem *conídica*. Legitima as hierarquias e diferenciais de poderes, sentidos e significações.⁷ Na ordenação laica podemos visualizar na modernidade das revoluções burguesas os valores de liberalismo clássico, da democracia política e do Estado e Mercado. Produzem politicamente seres sociais superiores e inferiores, hierarquias de poder e os fundamentos societários. As novas ciências da incerteza e da indeterminação da contemporaneidade nos colocam num mundo sem sentido. São as dimensões político-culturais que imprimem sentido e significado ao mundo que pressupomos ser e conter dimensões (in)dizíveis, (in)conscientes e (sub)objetivas inseparáveis no mundo concreto e vistas como antagônicas ou dualidades distintas.

Entender o mundo como processos (natural e histórico) nos coloca a questão da **história natural** e da **história da humanidade**.⁸ Seja na história cósmica, natural ou

⁷ A religião é um dos melhores exemplos. Religa as partes pela crença em um ser divino, um Deus, fonte e origem do mundo e dos sentidos deste mundo. A multiplicidade das críticas do Iluminismo à ordem do Antigo Regime legitimou a ciência moderna clássica da certeza e a ideologia de uma ciência neutra, de um tempo eterno e linear, e, do acesso humano à verdade absoluta, podem ser sintetizadas no reconhecimento nietzschiano da morte de Deus.

⁸ Penso nas questões da *flecha do tempo* do cosmos e dos fenômenos físicos de Prigogine, a *autopoiese* na biologia da *Escola de Santiago* (Maturama e Varela), o processo de produção de ordem dos estudos das *estruturas dissipativas* de Prigogine, bem como a busca da produção da massa cósmica e subatômica associada ao bóson de Higgs, cunhado como

social o reconhecimento de processos nos coloca duas questões de fundo: **começo-fim** e a **não-repetição de eventos**. Cada evento seria sempre único e o mundo, caótico à razão humana. Dos mitos de origem e dos sentidos da morte e suas legitimações não falarei aqui.

Em uma perspectiva whiteheadiana a transformação do evento único em um mesmo evento, construindo assim o objeto científico, significa parar o tempo das dimensões espaço-tempo representações científicas e culturais, sem o que impossibilitaria a organização cultural e a objetividade da ciência. (WHITEHEAD, 1993)

Disputas discursivas de representação do mundo rural nos levam hoje para além do sentido e significado moderno, podendo nossa contemporaneidade ser denominada de pós-moderna. LATOUR (2008), em sua antropologia da ciência, postula que jamais fomos modernos.

A superação do antagonismo campo-cidade, em outras palavras, pode ser melhor compreendida se falarmos de **codeterminações campo-cidade, nacional-global**.

JAMESON (1997) nos alerta que um determinado discurso pós-moderno, que se nos apresenta como A ou B, a exemplo do rural ou urbano desconhece o pensamento dialético das codeterminações recíprocas. Ao adotá-lo, procurando saber o que é o rural e o que é o urbano, perde-se as dimensões (sub)objetivas das dialéticas rurais-urbanas, locais-globais.

Penso ainda que esta abordagem permite-nos falar da democracia, da cidadania em espaços e processos rurais e postular uma democracia radical como forma de luta visando ampliar e quiçá, desconstruir a democracia burguesa como ela se nos apresenta na contemporaneidade. De alguma forma ela seria uma luta pela democratização em todas as dimensões conídicas da vida social, bem como dos fundamentos da ideologia liberal. Postular uma democracia radical como estratégias políticas de redução das assimetrias de poderes societários.

A subalternia nos campos de poder das globalizações

Compostos por fluxos de eventos únicos, naturais e sociais que, interpretados e significados nos processos sociais, produzem objetivações e subjetivações político-culturais. São processos sócio-históricos abertos à disputa de legitimação de sentidos e significações imaginárias, nos quais podemos visualizar disputas de poderes hegemônico, contra-hegemônico e subalterno. Poderes e forças que em determinados contextos e conjunturas históricas, podem, obscurecendo ou mesmo apagando uma multiplicidade de forças sociais subalternas, expressarem-se por antagonismo

partícula de Deus em linguagem não-científica. A historicidade está nos processos cósmicos, e não só no pensamento humano.

hegemônico-contra-hegemônico de classes, setores, segmentos, regiões etc., seja no campo ou e na cidade, bem como, em um antagonismo campo-cidade.

Nesses processos visualizaremos **campos de poder** em disputas diversas que serão acessadas pelas categorias analíticas: *hegemonia*, *contra-hegemonia*, de inspiração gramsciana, seja em situação de *subalternia*. Esta categoria incluiria as formas sociais assalariadas marxistas relativas aos conceitos de subsunção real e formal do trabalho ao capital, vistas como forma de subordinação capitalista do trabalho ao capital, bem com as formas de subordinação indireta do trabalho ao capital, relativas ao trabalhador por conta própria, aos pequenos patrimônios produtivos das formas camponesas, bem como não-camponesas – os mini e pequenos “empreendedores” contemporâneos (MOREIRA, 1999; “composição orgânica do capital e campesinato...” e “agricultura familiar...”). A categoria política de *subalternia* poderia incluir ainda as formas sócio-políticas que se postulam com “sem” alguma coisa ou direitos. Sem-terra, sem-trabalho, sem-habitação, sem-escola etc., podendo incluir os movimentos contemporâneos das grandes metrópoles mundiais, como aqueles que clamam por “ocupação de espaços públicos” como forma de luta contra, por exemplo, o capital financeiro e as políticas neoliberais.

Regra geral as **formas sociais da subalternia** são socialmente produzidas como seres sociais inferiores – a la Norbet Elias de estabelecidos e *outsiders* – nas lutas discursivas, simbólicas e classificatórias de hierarquias e poderes.

O termo **complexidade** pode representar dois fenômenos, de um lado, o pressuposto (crença) cultural de que as realidades natural, social e sócio-naturais (socioecossistêmicas) são complexas e sócio-históricas, de outro, que podem ser representadas em campos científicos interdisciplinares e, a partir da noção de *visão de mundo*, em saberes culturais, de comunidades, dentre as quais as comunidades científicas. CASANOVA (2006)

O termo **comunidade** pode referir-se às comunidades rurais, bem como, aceitando-se esta abordagem como uma espécie de teoria geral, pode referir-se à identidades individuais, familiares, nacionais, classes, categorias. As ordenações de conjuntos e identidades (classificatórias) – em campos simbólicos da linguagem e da nomeação – expressam construtos imaginários de entes naturais e sociais os mais diversos, bem como instituem campos de saberes e de práticas sócio-políticas.

Se aceitarmos os pressupostos da incerteza e indeterminação – as identidades *conídicas* tornam-se **identidades complexas** com múltiplas codeterminações com outras identidades. As noções de incerteza e indeterminação abrem o campo dos mistérios e dos paradoxos, ao mesmo tempo em que exigem um fechamento imaginário. Este gera sentidos e significados próprios dos processos sociais e visões de mundo, em representações do inconsciente e do “natural” não conhecido.

A meu ver a 'natureza' fundamental desta instituição imaginária é aquela que dá o sentido de comum, de comunidade. Como um magma imaginário que liga e religa as ordens *conídicas*, a instituição imaginária de primeira ordem é também o magma fundador de sentidos e significados daquela **complexidade**, agora **organizada**.

Para os atentos, estamos falando dos fenômenos das religiões e crenças, fenômenos que instituem os mitos de origem e os valores sociais fundamentais e, com eles, os poderes, as hierarquias sociais e ordenações simétricas e assimétricas de poderes presentes em diferentes ordens *conídicas*. Institui-se assim aquilo denomino de **essência social natural** de uma comunidade ou identidade legitimando os poderes hegemônicos, contra-hegemônicos e subalternos. Analisando a comunidade de Taquari, RJ, indicávamos que:

"Os valores culturais hegemônicos são de fato aqueles que tendem a nos controlar por dentro, como nossos próprios valores. Esses processos tendem a ser mais poderosos na medida em que cremos que eles foram criados e construídos por nós mesmos, uma espécie de valor particular de nossa própria natureza individual, ou mais ainda valores próprios da natureza humana. Tanto em sua forma individual (natureza do indivíduo), quanto coletiva (natureza da espécie), esses processos podem ser identificados como processos de fetichização, reificação e naturalização dos valores hegemônicos nos quais as identidades individuais se reconhecem, se vêem e se identificam com valores, tomando-os como próprios." (MOREIRA;GAVIRIA, 2002, p.49)

O pensamento científico, moderno e contemporâneo não opera na explicação da origem da vida, das sociedades e mesmo da natureza, apenas busca explicar e descobrir características dos fenômenos ou sua existência, como a recente demonstração do "Bóson de Higgs", popularmente conhecido como "partícula de Deus".⁹ Quando falamos em "visões de mundo", a exemplo das "visões de mundo" khunianas dos paradigmas científicos e das "visões culturais de mundo", parece-me necessário expressamos as hierarquias de poderes que dão sentidos às cooperações e disputas, à dinâmica e a historicidade social dos fenômenos inclusive àqueles que representam o "natural" e a "natureza" das identidades. Postulamos que a vivência humana se dá em processos sócio-históricos compostos e codeterminados por fluxos de eventos únicos, naturais e sociais que, interpretados e significados, produzem objetivações e subjetivações político-culturais e legitimam hierarquias e assimetrias de poderes como da natureza. Codeterminações intersubjetivas e interobjetivas que expressam dimensões conscientes e inconscientes da realidade.

⁹ A demonstração científica da existência desta "partícula", que seriam expressão de energias em sentidos contrários que, em altíssimas velocidades, colidem, dotando de massa outras "partículas" fundamentais é mais uma demonstração do modelo padrão cosmológico do *Big Bang*. Ou seja, revela característica do modelo padrão que busca explicar e entender os fenômenos macro e microfísicos, atômicos e subatômicos, mas não, a *origem* do Universo como o conhecemos.

Compreendendo a identidade social como contendo uma “essência social-natural” não positivista, a abordagem procura se aproximar desta essência social-natural a partir das dimensões da realidade que dão o sentido (significado) de pertencimento comum. Esses sentidos e significados de comum expressam coesões de grupos, comunidades, habitantes e do território que habitam. Procura-se elucidar as múltiplas ordens internas e externas em relações codeterminadas de poderes assimétricos, reconhecendo assim um mundo complexo e relacional no qual se expressam identidades e alteridades em relações de cooperação e competição, hegemônicas, contra-hegemônicas e subalternas.

Penso em uma identidade social-rural como fenômeno social presente, no espaço e no tempo, que se dá em redes sociais relacionais que pode ser visualizada em uma representação com duas ordens de complexidade, que denomino restrita e ampla e que associo às complexidades interna e externa e local e global. Uma abertura de nossa lente analítica para estas dimensões de uma identidade – de grupos de pessoas e individual - nos colocará em uma rede múltipla e complexa de sociabilidade identificadores do **Eu**, do **Nós**, do **Outro** e dos **Outros**. Nessa complexidade as dimensões culturais de indivíduos, pessoas e grupos sociais podem revelar, dentre outras, as dimensões econômicas, técnicas, ideológicas, discursivas, religiosas e educativas presentes em hábitos, rotinas e rituais que envolvem o ecossistema terrestre (luz, atmosfera, biodiversidade, terras, águas e ares, etc). O reconhecimento desta complexidade nos revelaria hierarquias sociais socialmente produzidas, assimetrias de poderes e valores culturais herdados e reproduzidos em processos de socialização de grupos, comunidades e classes sociais, bem como de individuação de pessoas e cientistas.

Cumpra reconhecer analiticamente dentre estes **Outros** aqueles que são **social e politicamente significantes** aos fenômenos que se pretende analisar.

O(s) Outro(s) relevante(s) tende a representar poderes externos, regra geral, hegemônicos e assimétricos em relação aos poderes da comunidade rural ou mesmo de grupos subalternos.

Com a categoria analítica de *subalternia* pretendi destacar que a ambiência sócio-ecossistêmica da **complexidade restrita** constitui-se como parte componente de um ente social mais abrangente. Relaciona-se com outra complexidade restrita, com um Outro social que lhe é significativo, o que por sua vez reconhece que os processos sociais são processos produtores de sentido e de significações.

O Nós expressa coesões de grupos e classes sociais.

A noção de **poderes assimétricos** permite-nos adotar uma perspectiva analítica que revelaria hegemônias e contra-hegemonias locais e globais atuando nos espaços da comunidade, bem como expressões de poderes subalternos.

Em uma outra ordem elucidativa procura-se refletir sobre a expressão destas identidades no conhecimento científicas em uma **abordagem reflexiva da ciência e do pesquisador**. Esta abordagem reflexiva procura elucidar as relações de codeterminação do observador cientista e em suas relações com os fenômenos sociais que analisa, neste caso, as identidades sociais. Destaca-se a centralidade do cientista e de seu quadro teórico-analítico na construção social da realidade “científica” dessas identidades.

A busca da compreensão da **produção de uma realidade científica** sobre estes processos sociais complexos nos permite relativizar os conhecimentos científicos, seja eles disciplinares ou interdisciplinares, a partir das elucidações de objetivações e subjetivações sociais e científicas em **três ordens discursivas** de vivência do espaço-tempo. Na primeira ordem, utilizo a categoria analítica *ser humano-natureza* para buscar a elucidação das relações de codeterminação dos seres humanos em espaços sócio-ecossistêmicos em busca da elucidação daquilo que denomino *essência social-natural*, em suas duas ordens de complexidade restrita e ampla. Na segunda ordem estarei utilizando a categoria analítica *observador científico-natureza da comunidade* para falar das relações dos cientistas com os eventos naturais e com os eventos *sociais-naturais* construtores de identidades, identificando as figurações comunitárias, o campo científico e da pessoa do pesquisador. Em uma terceira ordem discursiva parte-se do pressuposto de que os eventos naturais e os eventos sociais são únicos, ou seja, não se repetem. Os processos de repetição, pelos quais identificamos **os mesmos eventos** e **os mesmos objetos**, são expressões de **processos sociais de objetivação** e de abstração própria dos mundos simbólicos humanos. Na relação *observador-natureza* os processos abstrativos que transformam os eventos, sempre únicos em suas relações espaço-tempo, em objetos materiais e objetos científicos reconhece-se expressões de relações sociais comuns, tais como as do sistema simbólico da linguagem. São processos de longo prazo que naturalizam estruturas de poderes assimétricos, tais como os das sociedades capitalistas nacionalizadas e globalizadas.

A convicção da relevância desta abordagem está sedimentada em mais de duas décadas de ensino e de pesquisa do autor e de sua convivência cotidiana em interlocuções interdisciplinares em programa de pós-graduação de ciências sociais, cuja temática aborda as relações entre desenvolvimento, agricultura e sociedade, o Programa CPDA.

O “a ser feito”: Terra Globalizada - hipóteses e procedimentos metodológicos

Sobre a ambiência globalizada (MOREIRA, 2010 d; 2010 e)

Na dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo, a acumulação financeira, quando comparada à esfera produtiva, parece ganhar autonomia e, em 2008, estoura em uma crise ainda de dimensões desconhecida, que já produz processos que valorizam o multilateralismo entre nações em detrimento do bilateralismo americano, a distribuição dos poderes, não no G-8, mas no G-20 e na consolidação econômica e política dos BRICS.

A esfera financeira que, em crise, desestabiliza as moedas, as identidades nacionais e os poderes relativos das nações, está associada às noções de esfera imaterial, fictícia e virtual do capital e da vida. A dimensão social da monetarização da vida nos permite considerar as relações monetárias, com suas assimetrias e fundamentos de poderes, como um fato social, quiçá o fato social comum da humanidade do século XXI. Todos nós estamos e estaremos emaranhados sem suas redes de valorização e desvalorização de mercadorias, profissões, tecnologias e instituições. Ou seja, estamos e estaremos subsumidos às políticas das moedas, de crédito e de juros e às figurações institucionalizadas dos Bancos Centrais e Internacionais. Instituições que operam sob a dinâmica planetária das bolsas de valores e dos mercados financeiros, valorando relativamente mercadorias, nossas vidas, o passado e o futuro, como demonstram os seguros de vida, pelos quais as vidas das pessoas ricas valem mais do que as vidas das pessoas pobres.

A revolução da tecnologia das comunicações imprimiu uma dinâmica de acumulação acelerada às indústrias culturais – produtoras de imagens, signos, visões de mundo, estilos de vida etc. –, assim como impõe processos de automação às indústrias já anteriormente sedimentadas, tornando aparente a importância cada vez maior do trabalho intelectual e da produção, também imaterial, de conhecimentos técnicos e científicos. Por outro lado, o conhecimento científico e técnico, aplicado ao código e à engenharia genética, abre um novo leque de interesses para a acumulação capitalista, conformando o que podemos denominar *indústria da vida*, para além de um capitalismo verde e ecológico; este capaz de incorporar os constrangimentos ecológicos à lógica capitalista. Neste contexto todas as dimensões da vida social privada, nacional e mundial tendem a alavancar a acumulação capitalista e a disputa competitiva o direito de propriedade sobre o conhecimento do código genético em geral, as patentes bioquímicas, dos recursos da biodiversidade e do código genético humano. Esses processos intensificam e ampliam as disputas pela apropriação de conhecimentos científicos sobre o mundo natural e sobre a dinâmica da vida, que envolvem, em nossa atualidade, os interesses associados à biodiversidade, aos transgênicos e aos clones, à agroecologia e, correlatamente, à existência e ao futuro da agricultura familiar e dos corpos e mentes dos trabalhadores planetariamente distribuídos.

Do ponto de vista dos processos econômicos, a institucionalização da ciência e da técnica significa investimentos sociais, públicos e privados, em educação e pesquisa, que conformam os interesses hegemônicos nas políticas educacional, científica e tecnológica e são por eles conformados. A própria produção social do conhecimento torna-se um campo de disputa capitalista, e a tecnologia não pode mais ser considerada como variável independente, como tem sido o procedimento da tradição analítica da economia e da economia política clássicas.

Para elucidar as codeterminações locais e globais nas quais se abrem as possibilidades de ação, torna-se necessário reconhecer as especificidades da *agricultura* da agricultura familiar no contexto das outras agriculturas. Em especial daquelas *agriculturas* do agronegócio. Em outro recorte analítico, torna-se também necessário reconhecer a especificidade da *família* da agricultura familiar em relação às outras famílias rurais e urbanas – seu acesso às políticas e aos bens públicos, como educação, moradia, meios de comunicação, saúde, enfim, à construção das condições de sua cidadania. As precariedades históricas e contemporâneas dos pequenos patrimônios produtivos na ordem competitiva e de famílias pobres na ordem social brasileira conformam ambiências e condições de reprodução sociais precárias e mutantes. São entes econômicos, culturais e politicamente produzidos como seres sociais inferiores nas assimetrias dos poderes organizadores da sociedade brasileira. São subjetiva e objetivamente produzidos como inferiores no jogo das assimetrias de poderes nacionais. Romper essa estigmatização socioistórica de inferioridade social e política dos setores subalternos no campo brasileiro, em todas as dimensões da vida, é romper com o conservadorismo e com o *status quo*, postulando o reconhecimento de campos de lutas discursivas, econômica, culturais e políticas em movimentos de democracia democratizante, ou seja, de expansão acumulativa da democratização.

A configuração da pesquisa

As “novas ciências”) fundam o substrato problematizador das análises aqui propostas. DOSSE (2003), CASANOVA (2006), dentre outros, e sua própria obra possibilitarão analisar os processos sociais de poder, bem como, elementos do inconsciente coletivo da brasilidade em problematização das disputas de sentidos e significados políticos, portanto, dos poderes dessa sociedade globalizada, com recurso da abordagem discursiva interdisciplinar e com postulações de acesso a outros campos culturais da realidade não-científica. Com CASANOVA (2006) a trilhará nuances analíticas interdisciplinares da complexidade possibilitando visões críticas da apropriação dominante das tecnociências por grandes corporações, complexos militar-industrial e empresas globalizadas, e nações e grupos de nações em busca de hegemonias mundiais.

Este projeto aposta em mais um salto interpretativo, a partir de uma transição do “rural natureza complexo”, explicitado nos últimos três artigos acima mencionados, que apesar de ainda não serem de domínio público, configuram sínteses uma trajetória e apontam para uma teoria geral (seja como hipótese ou como interpretação) das disputas de sentidos e significados da Terra Globalizada.

A noção de globalização envolve complexos processos de globalização, MOREIRA (2005; 2007), em redes diversas de sociabilidades humanas em instituições, mercados e organizações políticas diversas. Essas sociabilidades se fundam e sempre se fundaram no diálogo da utilização que os humanos impõem e recebem da natureza planetária, entendida aqui como solos, montanhas, planícies, desertos, águas, biodiversidade, atmosfera e a dinâmica disto tudo associada aos movimentos do Sol, da Lua e da própria Terra. A explicitação do óbvio é necessária para postularmos fenomenologias da percepção como fenomenologia de sentimentos humanos e visualizar suas dimensões político-culturais daquilo que nos dá “naturalmente”, por exemplo, as vivências da luz e da escuridão, do dia e da noite, das estações do ano, dos sentimentos de frio e calor, de equilíbrio gravitacional. Este andar em dois pés, bem como os sentidos do corpo, terão um cuidado especial no desenvolver deste estudo e permitirão configuração analítica de uma fenomenologia dos sentimentos, dos afetos humanos, que estaria sendo configurada imaginariamente pela cultura, por suas hierarquias de poderes, abertos a lutas discursivas em processos, por exemplo, econômicos, religiosos, artísticos, comunicacionais, etc.

Quero reter, do *já feito*, que uma das especificidades associadas à visão de rural e de ruralidades é a sua associação com a terra, a natureza e os processos naturais. A compreensão da especificidade rural nos remete ao entendimento das sociedades em suas codeterminações com a dinâmica da natureza e da vida. A realidade humana é uma realidade culturalmente planetária que em condições ecossistêmicas específicas configuram diferentes territórios culturais.

A partir desse entendimento é que se pretende, neste projeto de pesquisa, transitar **do rural natureza e das identidades complexas** – abertas, codeterminadas, com complexidades internas e externas, locais e globais – **para as complexidades da Terra globalizada** em lutas e disputas de sentidos e significados políticos. (MOREIRA, 2005; 2006; 2007). Este é o **objetivo geral** da pesquisa.

A **hipótese geral** é que em lugar de visões simplistas de uma “monarquia” dentre as nações da Terra globalizada (domínio imperial dos Estados Unidos da América do Norte, de um lado, e da configuração de uma democracia globalizada na Organização da Nações Unidas - ONU) o que está se constituindo é uma “oligarquia” assemelhada à construção do capitalismo tipo brasileiro. Uma formação social que tem suas raízes no o capitalismo mercantil capitalista da escravidão colonial, transita para a

monarquia escravista capitalista do Império Brasileiro e para a oligarquia do coronelismo da República Velha. Na centralidade do século XX, de 1930 a 1988 passa pela Ditadura Vargas, pela Democracia de 1946 pela ditadura da Ditadura militar “com eleições” de 1964, desembocando na democracia neoliberal da Constituição Cidadã de 1988, ainda incapaz de redução significativa dos diferenciais de poderes.

Não tenho condições e saberes suficientes para falar da partir de uma história moderna da política global e globalizadora. No mínimo e por analogia estaremos percorrendo da história da modernidade ocidental a partir dos significados das grandes Navegações e suas implicações do próprio capitalismo ocidental.

Acompanhando os dois **objetivos específicos** estaremos priorizando nas análises o estudo das configurações dos mercados e das políticas globalizas, com a **hipótese específica** de que o caso brasileiro permitiria compreender a ordenação da complexidade, que com uma matriz capitalista de acumulação, configura embates entre nações.

A ênfase nas abordagens envolveria estudos das globalizações em temas, tais como:

- a configuração econômica e política de nações, a exemplo do Mercado Comum Europeu e do Euro - moeda comum – e do Mercosul econômico e político na América Latina;
- as configurações políticas dos grupos de países – GT 8, GT 20, BRICS, - os mais diversos e seus posicionamentos na cenas políticas da Onu (HARDT; NEGRI, 2001; IANNI, 1996; NEGRI, 2003; SANTOS, 2000; CASANOVA, 2006, BORON, 2005; etc.);
- a partir de uma sociologia da moeda (DOOD, 1977) procurar elucidar a dinâmica de poderes do capital financeiro e dos câmbios monetários como indicativos de direcionamentos dos fluxos de valores, objetivos e subjetivos da acumulação mundial, não redutoras das desigualdades, hierarquizadoras de Nações;
- tomando a produção de seus indicadores monetários e de desenvolvimento, como parte da construção de regulação do inconsciente coletivo globalizado, que em uma sociedade reflexiva, inculte valores – econômicos e culturais, conscientes e inconsciente, objetivos e subjetivo – imaginados e legitimados como superiores e inferiores, e seus correlatos de nações superiores e inferiores; de um imaginário artístico, cultural e cinematográfico de ameaças externas (ao Planeta), climáticas e catastróficas de destruição do mundo; bem como,
- o delineamento de guerras pós-modernas postuladas em interpretações de lutas e choques culturais e controle do terrorismo e do narcotráfico mundializado, delineando lutas civilizacionais representados como choques de

cultura e terrorismos os mais diversos, em guerras preventivas de nações hegemônicas globalizadas que, de alguma forma, detêm o poder das armas nucleares de destruição avassaladora, a exemplo daquela que colocou um ponto final na IIª Grande Guerra Mundial.

Quanto ao **objetivo específico** de estudo do inconsciente reprimido da brasilidade, estaremos realizando estudos sobre os processos de apagamento da alma indígena e negra da brasilidade. A elucidação dos fenômenos do apagamento das almas indígena e negra da brasilidade requer que avancemos nas dimensões do inconsciente.

Com CASTORIADIS (1999, pp. 273) estarei postulando que ser vivente o ser-ente total, é intrinsecamente regulado, em si, em *um* de seus estratos, o primeiro estrato natural, pela lógica conídica. E o é, sem dúvida, também, lacunar e fragmentariamente, em todos os demais. Refere-se a todos os viventes em geral e, portanto, também o ser humano, na condição de simples ser vivo. O autor, ao falar da imaginação humana, indica que “devemos postular que, com o aparecimento do ser humano, intervém uma ruptura na evolução psíquica do mundo animal, instituindo o mundo psíquico humano. Surge de uma “*ruptura* das ‘regulações instintivas’ – qualquer que seja o sentido que se atribua a esse termo – que dominam o comportamento animal” que se “funda em duas características do psiquismo humano: a) a autonomização da imaginação...; b) a dominação, no homem, do prazer representativo sobre o prazer de órgão. Dai surge o “imaginário social instituinte” no argumento de CASTORIADIS (1999, pp. 275).

Desta postulação estaremos pensando o “ser humano arcaico” yunguiano e o inconsciente profundo que se manifesta em arquétipos universais, procurando elucidações da brasilidade.

Os estudos poderão problematizar temas tais como:

- o discurso jesuítico da cristinização indígena;
- o discurso europeu das descobertas;
- o discurso da raças inferiores e a escravidão moderna; bem como,
- o discurso do hibridismo, que no pressuposto de amalgamar de uma cultura unificada, impõe o apagamento de valores ameríndios e africanos da alma brasileira, construindo uma cultura ocidental, mesmo que do iberismo português e espanhol, nos casos brasileiros e latinoamericano.

A **metodologia** privilegiada seria a **análise de discurso**, de teorias, interpretações, da linguagem das moedas, dos indicadores econômicos e sociais, etc.

A **bibliografia** (como interpretações e como *dados empíricos*, sujeitos a análises discursivas) dos estudos iniciais, entendendo que os estudos são discursos científicos sobre as dimensões da realidade humana, seriam:

Para o objetivo específico 1:

Nova hegemonia mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais, de BORON (2005), *A crise do capitalismo globalizado*, de CARRION; VIZENTINI (2000); *As novas ciências e as humanidades - da academia à política*, de CASANOVA (2006), *Hegemonias e emancipações no século XXI*, de CECENÑA (2005), *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*, de COCCO; HOPSTEIN (2002), *A sociologia do dinheiro*, de DOOD (1997), *Sociedade Pós-capitalista*, de DUCKER (1993), *Polarização mundial e crescimento*, de FIORI; MEDEIROS (2001), *Império*, de HARDT; NEGRI (2001), *A era do globalismo e Enigmas da modernidade-mundo*, de IANNI (1996; 2000), *5 lições sobre Império*, de NEGRI (2003), *Socialist register 2004: O novo desafio imperial*, de PANITCH; LEYES (2006), *Os processos da globalização*, de SANTOS (2000), *Resistências Mundiais. De Seattle a Porto Alegre*, de SEOANE; TADDEI (2001), e *Democracia contra capitalismo*, de WOOD (2003).

Para o objetivo específico 2:

Terra Nua de BERGER (2001), *O afeto da terra*, de BRANDÃO, (1999), *Faces da tradição afro-brasileira*, de CAROSO; BACELAR (1999), *A expressão das emoções no Homem e nos Animais*, de DARWIN (2000); *Política social do conhecimento. Petrópolis e a Politicidade - Razão Humana*, de DEMO (2000; 2002), *O debate sobre Deus. Razão, fé e revolução*, de EAGLETON (2011), *A dinâmica da evolução humana. (Awakening Earth)*, de ELGIN (2003), *O Sagrado e o Profano. A essência das religiões e História das crenças das ideias religiosas. Vol. II. De Gautama Buda ao triunfo do cristianismo*, de ELIADE (2001; 2011), *O espelho índio. Os jesuítas e a destruição da alma indígena*, de GAMBINI (1988), *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses Fe(i)tiches e Políticas da Natureza*, de LATOUR (2002; 2004), *Ontologia da realidade*, de MATURANA (1997), *O dom da terra. Leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil*, de MOREIRA (2006); *A Gaia Ciência* (NIETZSCHE, 2001); *O índio e o mundo dos brancos* (OLIVEIRA, 1981); *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista* (PÁDUA, 2002), *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil* (RIBEIRO, 1995); *Povos indígenas no Brasil 3* (RICARDO, 1983), *Paisagens reinventadas – os franceses no simbolismo sul-riograndense* (SILVA, 1999); *Aqui ninguém é branco* (SOVIK, 2009); *GAIA. Uma teoria do conhecimento* (THOMPSON, 1990) e *Um Deus social: uma breve introdução a uma sociologia transcendental*, de WILBER (1993)

Resultados esperados: produção de artigos, ensaios; e coletâneas com recortes inter e mesmo transdisciplinar das temática compreenssiva da Terra globalizada. A realização dos objetivos específicos, ambos, se daria pela publicação dos estudos – artigos e livros -, bem como um ciclo de debates sobre a Terra globalizada no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Ruralidades, do Programa CPDA.

Bibliografia e Dados (Fontes da análise discursiva)

ALENCAR, C. M. M. ; MOREIRA, R. J. . Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. In: MOREIRA, R. J. (orgs.). *Identidade sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ALMEIDA, A. M.; ZILLY, B. LIMA, E. N.(orgs) De sertões, desertos e espaços incivilizados. Rio de Janeiro: Faperj: Mauad, 2001.

BALTHAZAR, Paulo Augusto André. Risco e controle do território dos dutos: A Petrobras, os mediadores e a horticultura familiar. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, . *Orientador*: Roberto José Moreira

BENSAID, D. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERGER, J. *Terra Nua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001

BORON, A. *Nova hegemonia mundial. Alternativas de mudanças e movimentos sociais*. San Pablo CLACSO, 2005.

BRANDÃO, C. R.. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantigueira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

CAMARGOS, Regina; MOREIRA, R. J. . A inserção local das áreas naturais protegidas. In: José Ferreira Irmão. (org.). *Desenvolvimento Sustentável: Agricultura e Meio Ambiente*. Recife/PE: Ed. dos Autores, 2006.

CAPRA, Fritjof. Parte I. Vida, Mente e Sociedade. In: *As conexões ocultas. Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo. Cultrix, 2002. (19-106).

CAROSO, C.; BACELAR, J. (orgs.) *Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA:CEAO, 1999

CARRION, R. M.; VIZENTINI, P. F (orgs.) *A crise do capitalismo globalizado*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2000

CASANOVA, P. G. *As novas ciências e as humanidades - da academia à política*. São Paulo,SP Boitempo Editorial, 2006.

CASTORIADIS, C. *A instituição Imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982

_____. *O Feito e a ser feito: As encruzilhadas do labirinto V*. Rio de Janeiro DP&A Editora, 1999.

CECEÑA, A. E. (org.) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CERVO, A.L. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 2002.

CESCO, S.; MOREIRA, R. J. ; LIMA, E. F. N. *Interdisciplinaridade: entre o conceito e a prática a partir de um estudo de caso*. Submetido à publicação à Revista Brasileira de Ciência Sociais. (agosto, 2012).

COCCO, G.; HOPSTEIN, G. (orgs.) *As multidões e o Império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

COSTA, L. F. C. C. ; MOREIRA, R. J. ; BRUNO, R. O. (orgs.) . *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J. (orgs.). *Globalismos, localismos e identidades sociais*. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2007.

DAMASCENO. Wagner Miquéias Félix. A questão ambiental no filme uma verdade inconveniente: Um alerta Global. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Orientador*: Roberto José Moreira.

DARWIN, C. *A expressão das emoções no Homem e nos Animais*. São Paulo: Cia da Letras, 2000.

- DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- _____. *Política social do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Politicidade. Razão Humana*. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- DOOD, Nigel. *A sociologia do dinheiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- DOSSE, François. *O Império do sentido: a humanização das Ciências Sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 2003
- DUCKER, Peter. *Sociedade Pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993
- EAGLETON, Terry. *O debate sobre Deus*. Razão, fé e revolução. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 2011.
- ELGIN, Duane. *A dinâmica da evolução humana*. (Awakening Earth). São Paulo: Cultrix, 2003.
- ELIADE, Mircea. *História das crenças das ideias religiosas*. Vol. II. De Gautama Buda ao triunfo do cristianismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____. *O Sagrado e o Profano*. A essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ELIAS; SCOTSON. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro; Zahar, 2000)
- FIORI, J. L.; MEDEIROS. (orgs) *Polarização mundial e crescimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- GAMBINI, R. *O espelho índio*. Os jesuítas e a destruição da alma indígena. Rio de Janeiro. Espaço Tempo, 1988.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HEEMANN, Ademar. *Natureza e Ética: dilemas e perspectivas educacionais*. Curitiba: Ed da UFPR, 1988.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996
- _____. *O. Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- JAMESON, Fredric. *As antinomias da pós-modernidade*. In: JAMESON, F. *As sementes do tempos*. São Paulo: Ática, 1997.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.
- _____. *Políticas da Natureza*. Bauru, SP: EDUSC, 2004
- _____. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses Fe(i)tiches*. Bauru, SP: Edusc, 2002
- LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (orgs.). *Mundo Rural IV - Configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUAD X; EDUR, 2007
- LUCENA, M. G. *A condição social fronteiriça Brasil-Uruguai no Mercosul*. Pelotas: editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.
- LUCENA, Marta Gomes. *Territorialidade de fronteira: Uma contribuição ao estudo da questão fronteiriça Brasil-Uruguai no contexto do Mercosul*. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Orientador*: Roberto José Moreira.
- MATURANA, H. *Ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.
- MENDES, Candido (org.) *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro Garamond, 2003
- MINDLIN, B.; NARRADORES INDÍGENAS. *Terra grávida*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1999

MOREIRA, Alberto S. *O dom da terra*. Leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil. Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

MOREIRA, Roberto José. Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. In: DA SILVA, F. C. SANTOS, R.; COSTA, L. F. C.. (org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro, RJ: Campus., 1998.

_____. Metodologia da reforma agrária: o Censo e o Projeto Lumiar. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (orgs). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

_____. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: COSTA, L. F. C., MOREIRA, R. J. e BRUNO, R. (Orgs.) *Mundo rural e tempo presente*. 1 ed. Rio de Janeiro RJ: Mauad, 1999.

_____. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (orgs.). *Para pensar outra agricultura*. CURITIBA, PR.: UFPR, 1999.

_____. Desenvolvimento Rural Sustentável: Registros de Novas Ruralidades. Projeto de Pesquisa. Apoio Faperj. Rio de Janeiro: <http://r1.ufrj.br/cpda/ruralidades/>, 2000.

_____; COSTA, L. F. C. (orgs.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. Agriculture familiale et assentements ruraux: compétitivité, technologie et integration sociale.. In: ZANONI, M.; LAMARCHE, H. (orgs.). *Agriculture et ruralité au Brésil. Un autre modèle de developpment*. Paris: Éditions Karthala, 2001.

_____; DIAZ-ROCHA, P. E. "Interdisciplinaridade na Pós-Graduação: Notas de pesquisas". In: *Redes*, volume 7, n. 2, Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002., PP. 9-45.

_____; Costa, L. F. C. . O rural no presente. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C.. (orgs.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. A gênese da formação interdisciplinar de pesquisadores no CPDA. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C.. (orgs.). *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação. In: MOREIRA, R.J. In: *Cpda. Ruralidades*, Rio de Janeiro: n. 1, setembro, 2002.

_____; GAVIRIA, M. R. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. *Estudos Sociedade e Agricultura*, número 18, abril 2002, 47-72., p. 49.

_____. Cultura, política e extensão rural na contemporaneidade. In: THORTON, R.; CIMADEVILLA, G. (org.). *La Extensión Rural en Debate*. Buenos Aires: Inta, 2003. Buenos Aires: INTA, 2003

_____. Cultura, política e mundo rural na contemporaneidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. n. 20; 113-143; abril, 2003.

_____. (org.). *Identidades sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Ruralidades e globalizações: Ensaio de uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (org.). *Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

_____ ; MEJIA, Margarita R Gaviria. Tensões entre diferentes ruralidades na comunidade de Taquari. In: MOREIRA, R. J. (Org.). *Identidade sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, v. 1, p. 89-108

_____. Identidades sociais em territórios fluminenses. In: MOREIRA, R. J. (org.). *Identidade sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Vivências de ruralidades no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrícola, 1976-1983. In: MOREIRA, R. J. (Org.). *Identidade sociais: Ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. Identidades Complexas no Pensamento Científico sobre Comunidades Costeiras. In: PRESNO AMODEO, N.B.; ALIMONDA, H.. (orgs.). *Ruralidades: capacitação e desenvolvimento*. Viçosa: UFV, 2006.

_____. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, G.J.; RUA, J. ; RIBEIRO, M.A.. (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

_____. Assimetrias de poder, cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações. In: LIMA; DELGADO; MOREIRA. (orgs.). *Mundo Rural IV- Configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: MAUAD X; EDUR, 2007.

_____. Cultura, política e territórios ecossistêmicos. In: LIMA, E. N. de; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (orgs). *Mundo rural IV. Configurações rural-urbanas: poderes e políticas*. Rio de Janeiro: MauadX e EDUR, 2007.

_____. Do desenvolvimento agrícola ao mundo rural: 30 anos do CPDA. In: MOREIRA. R.J. *Terra, poder e território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Configurações de poderes urbano-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, G.J.; RUA, J. ; RIBEIRO, M.A.. (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007a.

_____. *Terra, Poder e Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

_____. O Mundo Rural nas Ciências Sociais praticadas nos 30 anos do CPDA. Apresentado - Mesa Redonda: O Mundo Rural na Sociologia: Aportes teóricos. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, PE: 01/06/2007d.

_____. Do desenvolvimento agrícola ao mundo rural: 30 anos do CPDA. In: *Terra, Poder e Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007e.

_____ ; LIMA, E.N. de. Identidade social e natureza: tensões entre saberes na assessoria técnica em assentamentos rurais. In: COSTA, L.F. C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (orgs) *Mundo rural brasileiro*. Ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: MauadX, Edur, 2008.

_____. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. In: *Novos Cadernos*. NAEA/ UFPA. v. 11, 57-88, 2010

_____. Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: A utopia da sustentabilidade. In: *Ciências Humanas e Sociais em Revista*. Seropédica:UFRRJ. v. 31, n. 2, 2010.

_____. A questão e a configuração do campo agroecológico. In: MOREIRA, R.J; BRUNO, R. (orgs.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: MAUADX e EDUR, 2010.

_____. Mobilizando as agendas em torno da pesquisa social em agricultura. O Programa CPDA, a APIPSA e o PRONEX. In: LIMA, E. N. de ; LEITE, S. P. (orgs.) *CPDA 30 anos: desenvolvimento, agricultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2010 a

_____ ; BRUNO, Regina (orgs.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: MAUADX e EDUR, 2010 a.

_____ ; BRUNO, R. (orgs) *Interpretações, estudos rurais e política*. Rio de Janeiro: MauadX, Seropédica: EDUR, 2010 b.

_____. Apresentação - A atualidade da política no rural. In: MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (Org.). *Interpretações, estudos rurais e política*. Rio de Janeiro: MAUADX e EDUR, 2010 c.

_____. Apresentação - A atualidade do rural na política. In: MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (Org.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: MAUADX e EDUR, 2010 d.

_____. A questão e a configuração do campo agroecológico. In: MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. *Dimensões Rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: MauadX, Seropédica: EDUR, 2010 d; 2010 f.

_____. Pensando o rural da modernidade e dos nossos tempos In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 20, n.1, 2012 a (1º semestre, no prelo)

_____. Por uma abordagem complexa das identidades rurais contemporâneas. In: *Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS*, Outubro de 2012. GT. 20. Metamorfoses do mundo rural, a ser publicado, 2012 b.

_____. Apresentação. In: LUCENA, M. G. *A condição social fronteira Brasil-Uruguai no Mercosul*. Pelotas: editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

NEGRI, A. *5 lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich W. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, E. M. ; MOREIRA, R. J. . Globalização e localismo: considerações sobre as narrativas. In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.. (orgs.). *Globalismos, localismos e identidades sociais*. Rio de Janeiro: Imprinta Press, 2007.

OLIVEIRA, R. C. O índio e o mundo dos brancos. Brasília: Ed. UNB, 1981.

PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PANITCH, L.; LEYES, C. (orgs.) *Socialist register 2004: O novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PRIGOGINE, I. O fim da certeza. In: MENDES, Cândido (org.) *Representação e complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. (47-68)

RAMOS, Pedro; [et al.]. *Dimensões do agronegócios brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. (Nead Estudos; 15) Brasília: MDA, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995

RICARDO, C.A.; (coordenador geral). Povos indígenas no Brasil 3. Amapá/Norte do Pará. São Paulo: CEDI, 1983.

RICOTTO, A. J. ; MOREIRA, R. J. . As identidades em conflito: uma análise dos campos sociais globalizados. In: COSTA, L.F.C; MOREIRA, R.J.. (orgs.). *Globalismos, localismos e identidades sociais*. 1 ed. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2007.

ROCHA, Betty Nogueira. A trama do drama. A trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde. 2010. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesq. do Estado do Rio de Janeiro. *Orientador*: Roberto José Moreira.

ROCHA, B. N.; MOREIRA, R. J. . Globalização e identidades: alguns pilares críticos e interpretativos. In: COSTA, L.F.C; MOREIRA, R.J.. (orgs.). *Globalismos, localismos e identidades sociais*. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2007.

ROS, C. J. C.; MOREIRA, R. J. . A construção de hegemonias e contra-hegemonias nas sociedades contemporâneas: uma perspectiva analítica. In: COSTA, L.F.C; MOREIRA, R.J.. (orgs.). *Globalismos, localismos e identidades sociais*. Rio de Janeiro: Imprinta Express, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (org) *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortex, 2002.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000

SEOANE, J.; TADDEI, E. (orgs.) *Resistências Mundiais. De Seattle a Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Vozes: 2001.

SILVA, M. L. B. *Paisagens reinventadas – os franceses no simbolismo sul-riograndense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

THOMPSON, W. I.(org.) *GAIA. Uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Gaia, 1990.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. In:*Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 87-146; out., 2000.

WHITEHEAD, A. N. *O conceito de natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WILBER, Ken. *Um Deus social: uma breve introdução a uma sociologia transcendental*. São Paulo: Cultrix,1993.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.